

## **Antologia**

### **Teses sobre a Educação, Cultura e Juventude**

#### **3.º Congresso da Oposição Democrática**

##### **Aveiro 1973**

In 3.º Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 1973. Lisboa: Seara Nova

O número e extensão das conclusões das teses e das noções resultantes dos debates, aprovadas nesta secção, tornaram de todo impossível a sua imediata transcrição, pois a sua leitura ocuparia todo o tempo desta Sessão Plenária<sup>1</sup>. Indica-se de seguida, dum modo sumário, o sentido dessas conclusões e moções, chamando a atenção para o facto de algumas aparentes lacunas visíveis, surgidas e algumas das subsecções estarem colmatadas em outra das subsecções.

## **Educação**

### **1. A criança**

Reconheceu-se que sem uma política assistencial e educativa que tenha em conta os direitos da criança e a necessidade de minorar, nessa fase da vida do jovem, os efeitos da desigualdade social e da incapacidade económica das classes desfavorecidas, não é possível criar oportunidades de acesso à cultura e à formação profissional para as crianças portuguesas, nem como impedir que durante a infância se reproduzam as divisões sociais que caracterizam a nossa sociedade. Reconheceu-se ainda que esses objectivos não podem ser atingidos através da mera criação de instituições apropriadas, pois só a transformação das próprias estruturas económico-sociais

---

<sup>1</sup> Manteve-se a grafia original do documento.

poderá cabalmente resolver o problema. Entendeu-se, no entanto, que a imediata criação de creches e jardins-escolas, assim como uma assistência médica e social efectiva, são medidas de extrema urgência para atenuar os efeitos perniciosos da situação económico-social portuguesa, e do próprio sistema, e nessa qualidade deverão ser reivindicadas pelo povo português.

## 2. *Crítica do sistema escolar e carências*

2.1. Verificou-se que a situação da nossa orgânica escolar apresenta neste momento as seguintes carências fundamentais:

2.1.1. Inexistência de edifícios escolares primários, secundários e superiores em número suficiente para a actual população discente; Seu incompleto apetrechamento de condições mínimas para uma eficaz educação, sobretudo notória e deplorável no caso dos edifícios pré-fabricados;

2.1.2. Inexistência de educação pré-escolar;

2.1.3. Falta de professores qualificados em todos os graus e ramos de ensino e degradação do seu estatuto profissional;

2.1.4. Baixos índices de escolarização com elevadíssimas percentagens de repetências;

2.1.5. Elevada taxa de analfabetismo na população maior de 7 anos;

2.1.6. Insuficiência das cantinas e pobreza da sua dieta alimentar na maior parte dos casos;

2.1.7. Inexistência de meios de transporte específicos;

2.1.8. Inexistência de condições propícias para o trabalho escolar dos alunos dos cursos nocturnos, quer nos locais de trabalho quer na escola;

2.1.9. Inadequação traumatizante e pseudo-funcional da chamada formação profissional acelerada.

## 3. *Reivindicações e carências*

3.1. Verifica-se que, quanto ao sistema escolar, se fizeram as seguintes reivindicações:

3.1.1. Educação pré-escolar à escala do país

3.1.2. Aumento do número de escolas do ensino básico uniformizado de maneira a evitar o sistemático recurso ao regime de desdobramentos que agora vigora; limitação do número de alunos por turma de forma a evitar as elevadíssimas percentagens de repetências;

3.1.3. Alargamento do ensino básico uniformizado até um mínimo de dez

anos;

3.1.4. Aumento de imediato do numero de escolas do ensino secundário e superior diversificadas (diurnas e nocturnas), de acordo com as potencialidades regionais;

3.1.5. Gratuidade do ensino, compreendendo, alem das propinas, livros, material escolar e transportes;

3.1.6. Subsídios de família ou refeições gratuitas nas respectivas cantinas sempre que se justifique esta prática; atribuição de pré-salário no ensino superior;

3.1.7. Criação imediata de estruturas possibilitadoras de educação permanente.

#### *4. Professores*

4.1. Verificou-se que a formação dos professores deve ser sempre de nível superior a fim de evitar toda e qualquer hierarquização, administrativa ou pedagógica dos professores na educação pré-primária nos ensinos básico, secundário e superior;

4.2. Criação de centros de pedagogia satisfazendo inadiáveis necessidades nos capítulos da investigação científica aplicada à nossa população escolar e servindo de suporte à formação e reciclagem de professores;

4.3. Repúdio do actual sistema de formação de professores nomeadamente do regime de estágios e sua metodologia, bem como da formalidade puramente legal que é o Curso de Ciências Pedagógicas;

4.4. Deverá assegurar-se a todos os profissionais do ensino o seu prestígio social e outorgar-lhes todos os direitos e garantias devido aos trabalhadores pela legislação nacional e internacional do trabalho, fundamentalmente o direito de organização sindical;

4.5. Denunciou-se a exploração de que são vitimas os professores eventuais ou provisórios, que exercendo as mesmas funções dos professores do quadro, são tratados marginalmente, não vencendo salários durante, pelo menos, Agosto e Setembro, nem tendo garantias antecipadas de colocação no ano lectivo seguinte, caducando-lhes os direitos da previdência após trinta dias de faltas por doença, nos ensinos preparatório e técnico, e sessenta dias, no ensino liceal.

#### *5. Universidade*

5.1 A universidade portuguesa tornou-se fundamentalmente uma questão de natureza politica em que se afrontam o partido dos que pretendem torná-

la um centro de formação de técnicos para o capitalismo e de ideólogos para o sistema vigente, e o partido dos que não aceitam tal «destino» e pretendem pelo contrário, transformar a sociedade portuguesa numa sociedade justa e verdadeiramente promotora do bem-estar geral.

5.2. A universidade portuguesa acentua de dia para dia o seu carácter deformador e repressivo, mais se assemelhando a um departamento do Ministério do Interior do que a departamento do Ministério da Educação Nacional.

5.3. Exige-se, por isso, que a universidade seja transformada num departamento colocado ao serviço do povo português aberta às iniciativas dos próprios estudantes (e não só da incrível aliança de catedráticos reaccionários e cães-polícias) e aos anseios renovadores de todos os democratas.

5.4 Impõe-se criar uma Universidade Nova, reflexo de uma sociedade nova e assumida por uma mentalidade totalmente diversa da mentalidade tradicional. Mais do que uma transformação da universidade será portanto desejar uma verdadeira revolução.

## 6. *Investigação Científica*

6.1 A investigação científica em Portugal tem estado condicionada por factores ideológicos e éticos actuando negativamente sobre o desenvolvimento intelectual das pessoas por meio de toda a espécie de limitações à expressão livre do pensamento.

6.2 O país está efectivamente dominado por interesses políticos que se opõem a toda a evolução.

6.3 Cabe aos trabalhadores científicos pugnar pelo estabelecimento duma política, com objectivos sociais e económicos bem definidos, e que garanta uma efectiva promoção científica das classes trabalhadoras.

6.4 Como primeiro passo propõe-se a criação duma associação de trabalhadores científicos com os objectivos de:

- a) Definir uma política científica;
- b) Defender os direitos dos trabalhadores científicos.

## 7. *Sociedade e Democratização do Ensino*

7.1 A reforma do ensino anunciada pelo actual ministro entra em contradição, nos princípios que a dominam e proclamam, com os condicionalismos económico-sociais e políticos que caracterizam a actual sociedade portuguesa e que a reforma teoricamente parece ignorar. Tudo indica que, ao traduzir-se em realidades concretas, essa reforma mais não fará do que negar os seus proclamados pressupostos, ajustando-se a esses condicionalismos que a contradizem, ou sendo totalmente sacrificada nas suas intenções expressas nos condicionalismos que se lhe opõem.

Na sua forma actual a reforma incidirá mais sobre a segunda fase do ensino básico, o ensino secundário e os institutos politécnicos, do que sobre

os dois extremos da hierarquia escolar: o ensino primário e o ensino superior. O ensino primário, carecendo substancialmente de uma mais longa e eficiente preparação de professorado primário (e consequentemente dum aumento substancial dos respectivos vencimentos) e da profunda reforma pragmática enlaçada com o escalão subsequente está para além dos próprios atrevimentos oníricos do M.E.N. A reforma, de facto, do ensino superior careceria, antes de mais de força bastante para vencer a resistência das velhas universidades, politicamente poderosas, o que se não afigura possível dos quadros do regime estabelecido.

Mas a contradição que aqui se nos depara, entre o desenvolvimento das técnicas educativas e dos processos pedagógicos, o surto da frequência escolar e do número de escolas, a concretização do direito à educação, por um lado, e as características do regime capitalista numa das suas formas concretas, por outro lado, é como que o reflexo, no campo da educação, da contradição mais geral entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vigentes. Também aqui o sentido da luta será o de nos apoiarmos no primeiro para transformar as segundas. O espírito e as potencialidades da moderna educação - afirmada como um direito de todos e um processo democratizante - levam-nos ao combate contra as barreiras sociais e políticas que se lhe opõem.

7.2. Considerando que medidas como:

- a) A criação da educação pré-escolar oficial;
- b) O prolongamento da escolaridade obrigatória até aos 14-15 anos;
- c) A modificação do primeiro ciclo do ensino secundário e a criação dos liceus polivalentes para o segundo, com possibilidades de opção de acordo com as tendências reveladas pelos alunos.
- d) A criação e diversificação de estabelecimentos de ensino superior, de novas universidades e sua distribuição por várias regiões, procurando tornar mais viável o acesso a esse grau de ensino - medidas correspondentes a antigas reivindicações, muitas vezes formuladas, da Oposição Democrática e que foram agora integradas no Projecto de Reforma em curso, são necessárias, mas, só por si muito insuficientes para promover uma verdadeira democratização do ensino.

7.3. Considerando que a verdadeira democratização consiste na criação de uma autêntica igualdade de oportunidades para as crianças e para os jovens e que essa igualdade de oportunidades não existirá enquanto não existir igualdade social dos adultos; enquanto persistirem, por pessoa e por mês, baixíssimos rendimentos, condições habitacionais mais do que deficientes, carências nutricionais alarmantes como são actualmente as da maioria do povo português; não se pode falar de democratização do ensino quando são profundas as desigualdades económicas e sociais;

7.4. Considerando ainda que os objectivos e fins de uma educação e ensino democráticos só poderão ser atingidos numa sociedade na qual a educação

procura consciencializar o indivíduo em função da sociedade sem o eliminar e essa sociedade é sem dúvida a sociedade socialista, e que só a introdução e adopção de princípios essencialmente diversos dos que orientam a maioria dos responsáveis e do professorado em Portugal poderá conduzir a uma verdadeira democratização.

7.5. Para que a autêntica democratização do ensino seja alcançada e para que esta expressão não seja apenas um «slogan» ao serviço seja de quem for, é necessário a instauração de um governo que:

- a) Proceda prioritariamente à eliminação das carências económicas e sociais – o que só poderá acontecer com total substituição das estruturas existentes no nosso país;
- b) Que proceda à preparação e revalorização ideológica de professores verdadeiramente democráticos, de inspiração socialista.

## **Cultura**

As teses referentes ao subtema cultura centram-se nos seguintes pontos fundamentais:

1. Situação geral da cultura em Portugal; perseguição e destruição da cultura popular pelo Estado Novo;
2. Regime de Censura (Exame Prévio) e Lei de Imprensa;
3. Crise do Teatro e do Cinema;
4. Estruturas Desportivas e sua função mistificadora.

Quanto ao ponto 1, analisou-se em várias teses a repressão que caracteriza o sistema vigente no que se refere ao diálogo e enriquecimento mútuo entre os intelectuais e as camadas trabalhadoras, principalmente através da proibição de colóquios, extinção de cooperativas e limitações postas às actividades das colectividades de recreio. Denunciaram-se todas as formas de repressão à inteligência e ao contacto criador com o público. Propôs-se concretamente a luta pela revogação do decreto-lei n.º 520/71 com a reabertura das cooperativas extintas, e pela incentivação de todas as formas de associação cultural; a fundação de jornais, revistas e editoras de espírito amplamente democrático, tendo em conta, no entanto, que só numa sociedade socialista será possível facultar a cultura à totalidade do povo português.

Quanto ao ponto 2, considerou-se o Exame Prévio como sendo um prolongamento da Censura, apenas com mudança de nome, sem qualquer alteração do aviltamento de jornalistas e escritores e do povo português, assim privado de uma informação completa e rigorosa sobre os problemas

que mais de perto afectam, muito em especial a crise económica do país e a Guerra Colonial.

Focou-se também a acção dos grupos de pressão económica, estabelecendo-se que eles visam a combater toda a imprensa, instaurando uma forma de censura interna nos meios de comunicação que dominam.

Repudiou-se energicamente o regime de censura – exame prévio, exigindo-se a extinção da tal instituição sob quaisquer formas que revista. Propôs-se a instauração de uma liberdade de imprensa, condenando-se as manobras argentárias do capitalismo monopolista, e preconizou-se a formação, dentro dos jornais, das revistas e das editoras, de grupos de profissionais que promovam a reestruturação e dignificação dos meios de informação, tendo especialmente em conta as carências, necessidades e aspirações das massas trabalhadoras.

Foi também proposta a constituição de um Sindicato de Escritores, sem prejuízo da existência da Associação Portuguesa de Escritores; o fomento da literatura proletária, como actividade lúcida documental e política de alta importância social.

Igualmente foi proposta a criação de organismos para a defesa e enriquecimento do património cultural, a cargo dos organismos de base, como sindicatos, as cooperativas e as colectividades de recreio.

Quanto ao ponto 3, afirmava-se que teatro livre e fascismo são inconciliáveis, que importa estabelecer em Portugal um teatro para as grandes massas populacional e não para um pequeno número de *élites*. Reivindicou-se a abolição total da Censura (Inspeção-Geral dos Espectáculos), a revogação de todos os diplomas legais destas quatro décadas que culminaram da lei de 1971, ou seja, na centralização máxima de toda a actividade teatral, sujeita ao poder político.

Propôs-se a edificação, de um verdadeiro teatro nacional e popular, com carácter descentralizado. Afirmou-se que só pela alteração das estruturas actuais seria eficaz uma Reforma do Conservatório Nacional de Teatro.

Propôs-se o acesso à rádio e à televisão de todos os grupos políticos e de todas as entidades culturais. Defendeu-se que a televisão deixasse de estar dependente de interesses governamentais ou particulares, propondo-se a constituição de teleclubes que promovam a discussão política dos programas e contribuam, em conjunto com outras associações culturais, para a eleição de uma comissão que vigia a imparcialidade das informações e a planificação dos programas.

Procedeu-se ainda ao exame da situação actual do cinema em Portugal – do cinema que Portugal não produz, com raras excepções, e do cinema que Portugal não vê, ou seja, dos filmes mais importantes estética e socialmente proibidos ou mutilados pela Censura.

Propôs-se finalmente a instauração de condições de realização de artes plásticas para o povo, com o consequente repúdio do pseudo-mecenato e da especulação actualmente existente.

Quanto ao ponto 4 criticou-se a perspectiva com que o regime encara o fenómeno desportivo, como forma de alienação de vastas camadas da população portuguesa, pela canalização dos seus interesses, disponibilidades e atenções para o espectáculo desportivo profissionalizado, semi-profissionalizado ou pseudo-amadorístico.

Propuseram-se como vias para a promoção da democratização do desporto, o alargamento massivo da sua prática e a adopção de formas de co-gestão e auto-gestão para a organização desportiva, nomeadamente a criação de um Conselho do Desporto não estatal, integrando ampla representação de todos os autores interessados na prática desportiva. Tal Conselho seria o organismo soberano quanto à definição da política do desporto à escala nacional. Apenas seriam de natureza estatal os órgãos executivos e técnicos necessários à viabilização dessa política. O Associativismo Desportivo Comunitário, juvenil, estudantil, sindical ou socioprofissional, deverá constituir a base de toda a prática desportiva, pois só os clubes ou colectividades garantem a necessária identificação do desporto com uma prática social verdadeiramente democrática. Numa sociedade política, social e economicamente democrática o desporto profissional irá desaparecendo progressivamente.

Foi alvo de reparos o atraso do desporto juvenil a nível escolar e a falta de professores ou instrutores de educação física com que o País se debate. Propuseram-se várias medidas tendo como objectivo a promoção deste sector de desporto.

## **Juventude**

### **1. A Juventude e o Ensino**

As teses e os debates deste ponto centraram-se em torno dos problemas da Juventude trabalhadora, da «reforma» do ensino e do carácter de classe deste.

Do conjunto das conclusões e das propostas aprovadas resulta que: a juventude denuncia como demagógica e utópica a «reforma» do ensino que não serve os interesses do povo português por fortemente selectiva e voltada para os interesses da classe dominante detentora dos meios de produção.

Sublinhou-se a contradição entre as intenções anunciadas e a repressão que se abate sobre os estudantes que lutam por uma verdadeira



Reforma Geral e Democrática do Ensino, repressão essa que se traduz no encerramento AAEE como meio de impedir toda a liberdade de reunião e discussão, na suspensão e prisão (e até no assassinio) de estudantes e no policiamento das escolas feito pelos gorilas-vigilantes.

Entendeu-se ainda que não é possível uma verdadeira democratização do ensino sem a transformação radical do sistema económico e político. Esta verificação não deve, contudo, impedir a luta por objectivos parciais no quadro do actual sistema de ensino, correspondendo a aspirações efectivas da massa dos jovens na medida em que tal luta assume um carácter mobilizador e pressupõe um choque real com as estruturas existentes. Neste sentido reivindicou-se o que já foi expresso na subsecção Educação e ainda:

- a) Atribuição de um pré-salário a todos os jovens que queiram estudar, como único meio justo e eficaz de possibilitar o acesso ao ensino e à cultura em plano de igualdade para todas as classes sociais, e a independência económica dos jovens em relação à família;
- b) Imposição às empresas de duas horas diárias, pagas, do trabalho para o jovens trabalhadores poderem estudar em salas de estudo adequadas para esse efeito;
- c) Extinção de propinas e outras taxas que os jovens trabalhadores são obrigados a pagar pela frequência das escolas;
- d) Fornecimento, nos estabelecimentos de ensino, de refeições a preços módicos;
- e) A existência de salas de convívio e bibliotecas;
- f) A estruturação da matéria de ensino ligada à realidade e leccionada num clima de fomento de espírito crítico.

Foi também abordado o problema da educação dos filhos dos trabalhadores emigrados, que está a ser controlada, num sentido deformante, pelas entidades oficiais portuguesa, particularmente em França, tendo-se sublinhado e apoiado a existência de grupos de democratas portugueses exilados que, vivamente, se empenham por todos os meios em evitar essa deformação.

## **2. A Juventude e o trabalho**

Neste ponto destacaram-se duas questões fundamentais: a influência da guerra colonial na dificuldade de obtenção de emprego em idade pré-militar, e a discriminação de que são alvo os jovens na atribuição de salários e na concessão de regalias sociais e direitos sindicais.

Sublinhou-se a particular exploração a que estão sujeitos os jovens trabalhadores, obrigados a vender a sua força de trabalho desde muito cedo a fim de poderem prover à necessidades familiares.

Reivindicou-se:

- a) A aplicação do princípio «para trabalho igual, salário igual», sem qualquer tipo de discriminação entre trabalhadores que executam as mesmas funções;
- b) Atribuição de um mês de férias pago desde o primeiro ano de trabalho;
- c) O usufruto de todos os direitos sindicais independentemente da idade;
- d) O direito à greve a todos os trabalhadores;
- e) O fim dos despedimentos colectivos resultantes do encerramento de numerosas empresas.

### 3. *A Juventude e os tempos livres*

Nesta alínea foi sublinhado que a juventude trabalhadora é profundamente afectada no seu desenvolvimento físico e mental pelo carácter alienante que os meios de comunicação social (televisão, rádio, jornais) e do cinema, do teatro, do desporto e da música.

Neste sentido, foi denunciada e repudiada a acção do Secretariado para a Juventude/MP, impedindo o acesso dos jovens a actividades culturais e recreativa. Em lugar de uma política de ocupação dos tempos livres que promova a recuperação do esgotamento resultante do trabalho, do estudo e da agitação do mundo moderno, através do convívio, da prática desportiva cultural e de recreio, aquele organismo intenta transformar os jovens em seres passivos e amorfos, aptos a executar a vontade do Governo de fazer aderir a juventude à guerra colonial.

### 4. *Organizações juvenis nacionais e sua ligação com organizações internacionais congéneres*

Nesta alínea foi denunciado o Governo por, através do MP e do Secretariado para a Juventude fazer a propaganda dos objectivos reaccionários, racistas e militaristas do regime, e ainda de impedir a livre circulação de

peças de ideias com os outros países e dificultando o intercâmbio aberto e franco e a cooperação com os povos de todo o mundo e com os jovens em particular.

Esta livre circulação de pessoas e ideias, foi, portanto, reivindicada, bem como o direito de participação e intercâmbio com organizações estrangeiras e internacionais da juventude.

Conclui-se também pela urgência da criação de um movimento da juventude trabalhadora.

## 5. *A juventude e a guerra colonial*

A questão colonial foi considerada sem reboço como o problema fundamental com que se debate a juventude portuguesa.

Levada a cabo pela burguesia monopolista na defesa dos seus interesses visando manter o domínio político sobre os povos coloniais, além da manutenção de uma feroz repressão e exploração desses povos; praticando uma guerra de genocídio contra os povos coloniais onde são utilizados métodos terroristas, tais como bombardeamentos de «napalm», assassinatos maciços de populações e dirigentes dos movimentos de libertação e métodos aventureiristas como a recente invasão à República da Guiné; o Governo prossegue numa política repudiada pelo povo português e pela Juventude em particular. Tendo já morrido em combate mais de 5000 jovens, existindo mais de 30 000 feridos e de 20 000 estorpiados, sabendo-se que alguns milhares de jovens por se recusarem a cumprir o serviço militar tiveram que se exilar, verificando-se nos jovens desmobilizados diversos traumatismos de ordem psíquica resultado dos aspectos brutais que a guerra toma, tendo em conta todas as dificuldades de obtenção de empregos no período pré-militar, conclui-se que o jovem português é particularmente afectado por esta guerra.

Os povos coloniais subjugados durante séculos pela opressão e exploração dos colonialistas cuja acção tem consistido basicamente na exploração dos territórios e na escravização das populações, têm pleno direito à liberdade e independência de decidirem por si próprios do seu destino, tal como o nosso próprio povo.

Assim, os jovens *denunciam vivamente* a criminoso guerra criminal fascista como dominação imperialista, exploração do povo português e do povo das colónias portuguesas e o crime de genocídio praticado junto das populações africanas pelo exército colonial; manifestam a sua inteira solidariedade com os patriotas africanos que lutam com armas nas mãos pela expulsão do colonialismo português.

Exigem o fim imediato da guerra, abertura de negociações com os movimentos de libertação nacional como legítimos representantes dos povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique em reconhecimento da independência e do direito à auto-determinação dos povos das colónias.

Solidarizam-se e saúdam todos aqueles que nas condições repressivas existentes e nomeadamente nas condições de clandestinidade, têm lutado contra a política colonial do governo fascista tendo sido ainda aprovada a seguinte saudação especial:

«Os jovens democratas reunidos em Aveiro no III Congresso da Oposição Democrática saúdam os jovens das colónias portuguesas que, por todas as formas, principalmente de armas na mão lutam contra o colonialismo e pela independência dos seus países. Ao mesmo tempo queremos através de vos saudar os vossos povos heroicos que há 12 anos lutam corajosamente, de armas na mão, contra os exércitos coloniais portugueses e contra o imperialismo mundial que se encontra por trás deles.

Queremos ainda manifestar-vos a nossa total solidariedade com a vossa luta convencidos que estamos de que enquanto os nossos povos não forem livre também o nosso o não será. Por isso mesmo nos comprometemos ao lado de todo o povo português, a desenvolver cada vez mais a luta contra a guerra colonial pelo derrubamento do fascismo que nos oprime e vos oprime.»

## 6. *A juventude, sua participação política e a repressão*

Neste ponto, foram focados como questões centrais a inexistência de direitos políticos antes dos 21 anos e de liberdades democráticas em geral e a repressão que se tem abatido sobre o movimento estudantil.

Entende-se que o governo fascista exige dos jovens menores de 21 anos responsabilidades políticas, militares e penais, mas não lhes reconhece o direito de intervenção política antes dessa idade, expressão da recusa de respeitar as mais elementares liberdades democráticas, desencadeando uma feroz repressão sobre toda e qualquer forma de manifestação dessas liberdades que se tem acentuado, particularmente, nos últimos tempos, sobre o movimento estudantil única forma do regime manter o equilíbrio precário e instável.

Essa larga repressão que o Governo tem desencadeado sobre o movimento estudantil procura privar o movimento associativo da sua base de massas, retirando-lhe pela força meios materiais, sala, cantinas, subsídios, proibindo e reprimindo reuniões de estudantes, criando e instalando nas escolas um clima de insegurança e de terror.

No entanto o movimento estudantil tem prosseguido a sua luta com importantes acções de massa pronunciando-se por radicais transformações da sociedade portuguesa.

Denunciam, pois, a feroz repressão de que está a ser alvo a juventude portuguesa: jovens trabalhadores, jovens universitários, em Lisboa, Porto, Coimbra e outras localidades do país, nas fábricas, nas universidades e na rua, têm sido vítimas de violências de toda a ordem num clima de ameaça e de furor, bem característica de um regime fascista condenado por todo o mundo. Neste sentido os jovens manifestam ao povo português o propósito de continuar a lutar contra todas as formas de repressão e à juventude trabalhadora e estudantil a firme disposição de apoiar na sua luta pro um país liberto da opressão fascista, condenando a repressão de que têm sido vítimas.

Ponde a conquista das liberdades democráticas comos uma bandeira de luta, exigem:

- a) Liberdade de expressão de pensamento, de reunião de associação, liberdade sindical e direito à greve;
- b) Liberdade para todos os presos políticos e regresso dos exilados;
- c) Extinção da P.I.D.E. – D.G.S.

Tendo no entanto consciência de que a luta só conseguirá o derrubamento do regime fascista se unida à de todas as camadas sociais anti-monopolistas, particularmente as classes trabalhadoras.

Os jovens entendem, em resumo, que a conquista das liberdades democráticas e o fim da guerra colonial são dois objectivos de acção fundamentais da luta do povo português e dos jovens em particular.

## **Anexos**

Na secção Educação Cultura e Juventude foram ainda aprovadas as seguintes moções:

1. Que o III Congresso da Oposição Democrática denuncie e repudie vivamente a efectivação do Festival Internacional de Coros Universitários, iniciativa fascista do Orfeão Académico de Coimbra, com a participação de coros fascistas e colonialistas como são, entre outros, o de Coimbra, o das Filipinas e o da África Austral;
2. Os jovens reunidos na V Secção do III C. O. D. entendem que o governo português deve participar na Conferência da Cooperação e Segurança Europeias, pela linha democrática que esta Conferência tem vindo a seguir a

favor da Paz e da Cooperação Mundial e exige que ela aceite e ponha em prática as conclusões desta Conferência.

3. A juventude democrática reunidos no III C. O. D. responsabiliza o colonialismo português, ligado ao imperialismo internacional no assassinato de Amílcar Cabral.